

*Saturis Dies*  
**A Entrevista**

Sem santo nem senha

POR **JOAQUIM LEITÃO**



**CONSELHEIRO JOSÉ LUCIANO DE CASTRO**

Ilustre Chefe do Partido Progressista  
Fallecido no seu solar d'Anadia em 9 de março de 1914

**N.º 19 — Numero avulso 60 reis — 30 - III - 1914**

**Editor e proprietario: MARIO ANTUNES LEITÃO**

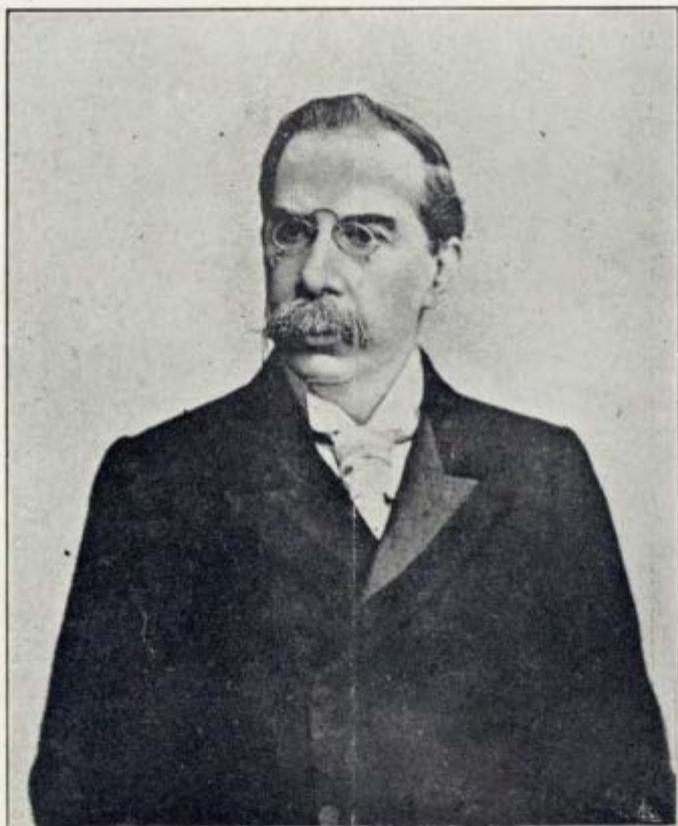
Composto e impresso na Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor — Rua da Cancellaria Velha, 70 — PORTO.

# A ENTREVISTA

---

## *Numeros publicados :*

- Numero 1.** — Entrevista com JOÃO D'AZEVEDO COUTINHO.
- Numero 2.** — Entrevista com o notabilissimo estadista hespanhol D. EUGENIO MONTERO RIOS.
- Numero 3.** — Entrevista com o Sr. CONDE DE MANGUALDE.
- Numero 4.** — Entrevista com o antigo Ministro do Mexico em Paris, D. MIGUEL DIAZ LOMBARDO.
- Numero 5.** — Entrevista com o DR. CUNHA E COSTA.
- Numero 6.** — Entrevista com FERREIRA DE MESQUITA, ajudante do Sr. Conde de Mangualde.
- Numero 7.** — Entrevista com o PADRE DOMINGOS—O guerrilheiro de Cabeceiras de Bastos.
- Numero 8.** — Entrevista com a Senhora Marqueza de Rio-Maior sobre a SENHORA D. JULIA DE BRITO E CUNHA.
- Numero 9.** — Entrevista com o Sr. Conselheiro JOSÉ D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO.
- Numero 10.** — Entrevista com o PADRE AMADEU DE VASCONCELLOS (MARIOTTE). Primeira parte.
- Numero 11.** — Entrevista com o PADRE AMADEU DE VASCONCELLOS (MARIOTTE). Segunda parte.
- Numero 12.** — Entrevista com JOAQUIM OEIRAS — Historia d'uma evasão do presidio d'Elvas.
- Numero 13.** — Entrevista com o CAPITÃO-TENENTE DA ARMADA BRAZILEIRA SR. AMERICO PIMENTEL — Commemorando a Retirada do Sr. Bernardino Machado — A Republica Portugueza e a Republica Brazileira.
- Numero 14.** — Entrevista com o DR. LUIZ TELLES DE VASCONCELLOS — A fuga do presidio de S. Barnabé — Illusões e enthusiasmos.
- Numero 15.** — Entrevista com JOSÉ DE FÁRIA MACHADO, Secretario de Legação de Sua Magestade Fidelissima.
- Numero 16.** — Entrevista com o TENENTE SATURIO PIRES, Official da Columna de D. João de Castro.
- Numero 17.** — Entrevista com o CONSELHEIRO AYRES D'ORNELLAS, Capitão do Estado-Maior.
- Numero 18.** — Entrevista com o PADRE CAETANO DOS SANTOS BASTOS ANÃO, Antigo Capellão de Lanceiros d'El-Rei. — A Lei de Separação — Os Seminarios — Como se deve formar o soldado da fé — Clero Parochial — Oscura da Igreja — O Clero em França — Uma lição comvente — Os fieis — Os oradores sagrados — Capellães militares — Depoimento de Emile Olivier — A antypathica excepção dos Inglezinhos — A nova cruzada — Como narrará o Sr. Affonso Costa.



*Julianus*

# A ENTREVISTA

Sem Santo nem Senha

POR

JOAQUIM LEITÃO

N.º 19

30-3-1914

## Calmette, o director do "Figaro,, é assassinado — A imprensa re- publicana portugueza applaude.

A indignação em Paris — Foi o sr. Caillaux quem concedeu o « agrément » ao sr. João Chagas — Solidariedade maçónica.

Embora o assassinato de Gastão Calmette, director do *Figaro*, pela mulher de Joseph Caillaux, ministro das Finanças, fosse o mais estrondoso acontecimento que perturbou Paris, desde que aqui vivo, eu não tencionava occupar-me de tão pungente e lamentavel facto.

A attitudo da imprensa republicana portugueza, applaudindo em geral o assassinato de um jornalista francez, determina esta breve referencia.

Não me demóro a provar que o acolhimento feito, pelos periodicos republicanos de Lisboa, ao sinistro gesto da mulher do ministro Caillaux, é um incitamento e uma propaganda do crime, perigosa em qualquer sociedade, mesmo não familiarisada com o attentado, a bomba e o assalto.

Não quero tão pouco occupar-me agora aqui do esquecimento em que a imprensa democratica portugueza

deixa cair a sua missão de orientadora, e de principal responsavel pela ordem e a moral social, missão incompativel com o entusiasmo pelo assassinato seja elle commettido na pessoa d'um jornalista illustre pelo braço de uma ministra, seja elle praticado n'um obscuro por qualquer desgraçada sem automoveis nem relações no corpo diplomatico.

Fallo n'este assumpto para informar a imprensa portugueza que nada até hoje indispoz a opinião publica em França contra a Republica Portugueza como esta attitudo da imprensa republicana perante o assassinato do director do *Figaro*.

Eu nem dava por isso. Um amigo meu foi, porém, procurado por uma personalidade franceza, com uma grande cathegoria official, que lhe disse:

— « Estamos indignados com Portugal !

Em nenhum paiz a imprensa se conduziu, ante o assassinato do Calmette, como a imprensa de Lisboa. Até agora, que applaudissem esse crime conta-se: um jornal russo, dois jornaes italianos, e toda a imprensa republicana de Lisboa. Têmos hoje uma idea nitida do que é a republica portugueza. »

— « Foi talvez um ou outro jornal que quiz alliviar a situação da criminosa... » — alvitrou esse meu amigo.

— « Não, senhor, não é um ou outro jornal. São todos os jornaes republicanos. Nós temos os recortes d'esses jornaes, e já os fizemos traduzir. E' de indignar! »

Esse meu amigo correu a contar-me as significativas palavras d'essa visita, e eu tive então occasião de ouvir outras identicas.

Eu sei que a imprensa republicana portugueza suppõe com essa sua attitude ser agradável á França. Engana-se lamentavelmente a imprensa republicana de Lisboa, e bastava ler no dia seguinte ao da tragedia do *Figaro*, a imprensa parisiense, de todas as côres politicas, para reconhecer que a França não approva o assassinato de Gastão Calmette.

Dizem os francezes, com quem converso, e que não fazem profissão da politica, que acatam o regimen e não são realistas, que o assassinato de Calmette foi o mais rude golpe dado na Republica franceza.

Se se tratasse da morte de um jornalista, assassinado por uma mulher que se vingasse da publicação ou assim quizesse evitar a publicação de cartas intimas, — essa attitude da imprensa portugueza ainda se comprehendia, embora a imprensa nunca possa e nunca dêva applaudir um crime, por mais fundamentado e justo que elle parêça. Mas não. O director do *Figaro* publicou uma carta, da qual eliminou o nome da pessoa a quem era dirigida, e ainda os tre-

chos de caracter intimo, limitando-se a dar publicidade ao que se reportava á responsabilidade politica do sr. Caillaux, na finança publica. Alem d'esta prova, ha a declaração da redacção do *Figaro*, após o crime: *Calmette não possuia nem tinha mais documentos para publicar além do documento Fabre, lido no parlamento pelo ex-presidente de ministros Mr. Barthou. Calmette nunca tencionou publicar documentos intimos, recusando com indignação alguns que lhe offereceram.*

O *Figaro* não é um jornal de cujas declarações a imprensa estrangeira possa duvidar. É monarchico? Que o fosse, isso só poderia abonar — se de ser abonada precisasse a palavra do poderoso e brilhante quotidiano parisiense — as suas palavras. Mas o *Figaro* é um jornal frequentado pelo proprio representante da Republica Portugueza, em Paris, o sr. João Chagas, que ali tem ido aos seus elegantes chás. Não é, pois, um jornal suspeito a republicanos.

O que a imprensa republicana tinha a fazer era não tomar partido nem pelo *Figaro* nem pela sr.<sup>a</sup> Caillaux. Fazia a sua reportajensinha, mandava os pezames á redacção do *Figaro*, e lamentava a sorte da sr.<sup>a</sup> Caillaux, podendo tambem lamentar se quizesse a sorte do sr. Caillaux, cuja vida foi para sempre destruida, e cujo nome a commissão parlamentar, presidida pelo sr. Jaurés, cada dia parece mais sepultar em responsabilidades.

Nem tinha que censurar o sr. Calmette, nem que aggravar a situação da mulher do sr. Caillaux.

Mesmo quando passadas na nossa terra, tragedias d'estas lamentam-se, não se criticam.

A imprensa portugueza tinha, porém, uma razão politica para se collocar ao lado do sr. Caillaux, e para

se intrometter na politica franceza. Tinha mesmo mais do que uma razão: pelo menos, tres.

Primeira — Foi o sr. Caillaux quem deu o «agrément» ao sr. João Chagas, para ministro em Paris, «agrément» que se diz ter-lhe sido recusado pelo anterior gabinêto francês.

Segunda — O sr. Caillaux exercia uma espionagem sobre os monarchicos portuguezes, residentes em Paris, (que eram, então, muito poucos) mando-lhes abrir a correspondencia, vexame e abuso que cessou immediatamente á queda do sr. Caillaux.

Terceira — O sr. Caillaux, quando da primeira incursão monarchica, suava afflicção pela sorte da republica portugueza, exclamando: «*E a legação de Portugal aqui sem ninguem! A legação abandonada!*». E de cinco em cinco minutos, o sr. Caillaux tirava o relógio para fazer esta outra exclamação: «*O que nos pode salvar é a revolução republicana em Hespanha. Já devia ter estalado, mas não chega nenhum telegramma de Madrid!...*» (Alludia á projecção das greves hespanholas de setembro de 1911, que, como se sabe, eram o prologo de um movimento revolucionario).

A imprensa republicana de Lisboa está, pois, a obedecer á voz da solidariedade maçónica e a saldar as dividas de gratidão com o sr. Caillaux.

Achava bem se não estivesse a magoar a imprensa franceza que representa muito mais a França do que um homem que era ainda ha dias ministro das Finanças, mas que nunca mais o tornará a ser.

Achava bem se toda essa indignação da imprensa portugueza perante a invasão da intimidade familiar pela imprensa houvesse já merecido reparos nas occasiões em que grandes jornaes atacaram a familia de ministros portuguezes e até a familia real, que por ser real não deixava de ter

as immunidades devidas a qualquer familia.

Achava bem se em Portugal a imprensa tivesse algum dia censurado a publicação de cartas roubadas para atacar uma pessoa alliaz a que as cartas se não reportavam.

Achava bem se no estrangeiro se não suppozesse que Portugal approva o que diz a imprensa republicana, quando as mulheres dos ministros estrangeiros assassinam jornalistas.

Achava bem se o *Figaro* não tivesse ainda elucidado os seus collegas, com as suas declarações peremptorias.

E, como em Paris se continua a gritar: *A imprensa portugueza applaude o crime Caillaux*, é bom que haja alguem que declare que não se associa a essa manifestação republicana e maçónica feita sobre o cadaver de Calmette.

Não agravo a situação moral d'essa mulher que foi talvez (o processo o dirá) o instrumento d'uma diaria e lenta suggestão, de um homem que tinha a falta de juizo bastante para todas as noites (a sr.<sup>a</sup> Caillaux o disse no seu interrogatorio) exclamar: «*Mas quem me desembaraçará d'este Calmette?*», nem quero aggravar a desgraça d'esse homem que tinha a falta de juizo bastante (a sr.<sup>a</sup> Caillaux o declarou no interrogatorio) para contar á sua mulher todos os negocios publicos e para, vendo-a excitada, a não deixar entreter-se com o intentar de um processo a Calmette, antes dizendo-lhe: «*Calmette allegará a incompetencia do tribunal!*» Isto é, o sr. Caillaux mostrava assim a sua mulher que só um crime o poderia desembaraçar de Calmette.

Por mim, lamento a morte de Calmette, por cuja grande perda cumprimento d'aqui a brilhante e enlucuada redacção do *Figaro*.

Não lamento menos a pobre mu-

lher que quebrou a sua vida, salpicando de sangue o nome de seu marido.

E desejaria não ter um dia de lamentar que na redacção de algum d'esses jornaes, que teem feito em Lisboa a apologia d'este crime, se dê uma tragedia semelhante á da Rue Druot.

Sejam *franc-maçons*, sejam republicanos, sejam gratos ao sr. Caillaux, mas meçam as palavras que o sr. José Relvas proferiu no Senado, ao seu regresso de Madrid, e accrescentem-lhe: *Nem mesmo a Republica franceza é apologista do crime.*

A imprensa tem sempre uma categoria; mas dentre a imprensa de Lisboa, que tem applaudido o assassinato de Calmette, ha jornaes que trazem no cabeçalho nomes de homens que já foram ministros da republica portugueza. São justamente os que mais litteratura teem feito com o revolver homicida da sr.<sup>a</sup> Caillaux.

No jornal *A Republica*, dirigido pelo sr. Dr. Antonio José d'Almeida, antigo Ministro do Governo Provisorio, da Republica Portugueza, comparou-se madame Caillaux a Jeanne d'Arc.

E' o artigo assignado? Não deixa todavia a direcção do jornal de se confessar solidaria com o seu collaborador, visto como até hoje, e já lá vão alguns dias, não declarou o contrario.

Em Paris, o deputado Thalamas (o mesmo que insultou Jeanne d'Arc, ha annos) applaudiu n'uma carta a mada-

me Caillaux, o assassinato de Calmette. Essa carta foi já remettida, com uma queixa em fórma, ao procurador da Republica de Versailles. Não se admirem se amanhã o artigo da *Republica* fizer tambem objecto d'algum reparo official, da parte das instancias francezas competentes...

A *Entrevista* já lhes tem feito algumas prophcias que se teem realisado.

Disse-lhes que se tramava uma fuzão dos partidos evolucionista e unionista e que essa fuzão explorava com a amnistia (que allias tem outra historia diferente da que contam os jornaes republicanos).

A fuzão negociou-se e fracassou contra a vontade dos contractantes.

Disse-lhes que a *formiga branca* voltará a roer o edificio republicano, e disse-o antes de o terem comunicado á *Vanguarda*. Os incidentes do theatro do *Gymnasio* confirmaram-o.

Estimaria muito que este meu receio de ver o sr. Antonio José d'Almeida acamaradado com o deputado Thalamas não se confirmasse.

O sr. Antonio Jo-é de Almeida pôde á vontade prejudicar a sua situação de antigo ministro da republica e mesmo de chefe de um partido que aspira a ser governo.

Mas o seu nome anda no cabeçalho d'um jornal, e se no estrangeiro se souber que no seu jornal se applaudem os assassinatos dos jornalistas, isso não é agradável a quem escreve nas folhas.

## ENTREVISTA HISTORICA

COM O SENHOR CONSELHEIRO

# JOSÉ LUCIANO DE CASTRO

Uma prophesia do sr. João Arroyo — A morte de Hintze Ribeiro — A resistencia do partido progressista — A obediencia do partido ao sr. José Luciano de Castro — Um trecho de historia da ruptura dos franquistas e progressistas — Dias Costa — Uma reforma da Carta Constitucional — Um aviso de Barjona de Freitas — A antiga commissão executiva do partido progressista do Porto — Hintze Ribeiro — A pobreza da vida publica portugueza — José Luciano e a Republica — O sr. Oliveira Mattos — Depois da Republica — Em casa de José Luciano de Castro — A campanha dos Tabacos contra José Luciano de Castro e o Juiz Veiga.

N'aquelle formidavel e elegante discurso com que o sr. conselheiro João Marcelino Arroyo se despediu do partido regenerador, na ultima sessão do penultimo gabinete Hintze, prophetizou o sr. João Arroyo que no dia em que desaparecessem da scena politica Hintze Ribeiro e José Luciano, os partidos regenerador e progressista se desmembrariam, scindindo-se em aggrupamentos que acabariam com o rotativismo e tornariam imprescindivel a vida politica dos blocos.

Hintze Ribeiro morreu, e a prophesia de João Arroyo cumpriu-se: o partido regenerador nunca mais foi partido, não sendo por isso a vida

politica portugueza nem mais estavel, nem mais sã.

O sr. José Luciano de Castro sobreviveu á Republica, e o seu partido apesar de retirado da vida politica activa mantinha pelo seu chefe a mesma veneração, o mesmo respeito e o mesmo acatamento, de quando elle era o arbitro da vida publica portugueza.

Bastava falar-se com um antigo soldado do partido progressista para sentir que collectivamente podiam os progressistas não estar sob a direcção do seu chefe, mas individualmente cada um d'elles lhe continuava fielmente preso pelo coração ou pela admiração, essa especie de fanatismo

que os commandantes de aggrupamentos humanos inspiram aos que com elles serviram e se bateram.

Era um mal, era um bem? Era uma qualidade ou era defeito essa disciplina partidaria que levava homens de valor a submeter-se inteiramente ao seu chefe politico?

Querem muitos que fosse, por vezes, um defeito. E como exemplo, citam a ruptura do partido progressista com os regeneradores-liberaes, lamentado mais tarde por marechaes progressistas, como o fallecido conselheiro Dias Costa, n'estas palavras que me foram não ha muito narradas por um marechal franquista:

— «Foi um erro politico, de graves consequencias a separação e a guerra feita ao João Franco. Mas que quer você? Nenhum de nós ousou ir contra a indicação do José Luciano!»

Não quero, porém, agora investigar dos erros politicos do partido progressista ou do seu chefe, nem avaliar das vantagens ou desvantagens que ao equilibrio politico da nação trouxesse a cega admiração que a esse homem publico deram até á morte homens de uma situação feita. O que me parece interessante é justamente essa admiração e acatamento por um homem, n'um paiz onde desde que me conheço, a não ser a elle e a João Franco, se não vê dar a ninguem essa confiança quasi fanatica que marca a distancia e a aliança do soldado a um chefe de lenda.

Esse acatamento, pelos modos, existiu sempre.

**Um ministerio progressista no reinado de D. Carlos — Barjona.**

*de sequin*  
Um marechal progressista, dos que encanneceram na vida publica, contou-me, já depois de fallecer o conselheiro José Luciano, este episodio:

— «Barjona, para o fim, estava conosco, e lealmente. N'um dos nossos ministerios, houve uma reforma da Carta. Já estava a reforma approvada em conselho de ministros, quando ao ser levada á Camara, o Barjona foi ter commigo, e me avisou: *Olhe que a opposição vae fazer grosso barulho. Se assim succeder, que succede, aconselhe o José Luciano a que retire o projecto. Mas nunca diga que fui eu que lhe dei este conselho.* Agora posso dizer-o porque elle já morreu.»

— O queria isso dizer?

— «Isto: a Carta Constitucional não podia então ser reformada, porque não tinham ainda passado os quatro annos da lei sobre a ultima reforma. As opposições levantaram a lebre, e propunham agarrar-se a esse caso para derrubar o ministerio. El-Rei D. Carlos, n'um conselho de ministros, disse-nos: *«Se vocês quizerem um adiamento peçam-o que eu dou-o.»* O José Luciano não prestou grande attenção ao offerecimento; no conselho de ministros immediato, o Senhor D. Carlos chamou-me a mim e ao Beirão, e disse-nos: *«Convençam o José Luciano a pedir um adiamento, até outubro ou novembro.»*—«A addiar-se, disse eu, então deve addiar-se lá para dezembro» — «Não sei se haverá tempo!» considerou o Beirão, que era tambem todo legalista. — «Ha tempo, ha. Basta reabrir em dezembro» — «Pois então vão ver se conseguem que o José Luciano peça o adiamento. O José Luciano vae ao estrangeiro tratar da suude, e em dezembro reabrem-se os trabalhos parlamentares» insistiu El-Rei D. Carlos. Fomos d'ali n'um carro, eu e o Beirão para casa do José Luciano».

— E elle?

— «Que não, que a falta de suude d'elle não era motivo constitucional. Estava lá agarrado á reforma da Carta, e nem o aviso do Barjona nem o

aviso indirecto do Chefe de Estado, nem os nossos pedidos o demoveram.»

Não me disse o marechal citado, nem aqui tenho á mão meios de o verificar, se o gabinete progressista caiu ou não n'essa altura. Creio que sim. Esse marechal progressista é um homem a quem a abundancia de recordações politicas e a sua fidelissima memoria quasi que impedem a narrativa d'um episodio até final: os incidentes, as associações de idéas, a exuberancia da historia do seu tempo e a riqueza dos seus conhecimentos atravessam-se na conversa de tal forma, que quando damos por nós estamos a andar de diligencia em 1860, alguns annos antes de havermos nascido.

Mas pouco importa, para aqui, essa lacuna: o facto veio o apêllo para mostrar como os proprios marechaes do seu partido em tudo e sempre se curvaram ao bastão da chefia de José Luciano de Castro.

Essa fidelidade partidaria de que elle se gozou em vida, ainda agora teve uma comprovação ante a sua memoria.

A's primeiras noticias de que era desesperado o estado do conselheiro José Luciano accorreram a Anadia amigos e partidarios. E, sobre o seu desaparecimento, o partido progressista do Porto deu uma prova de preito á memoria do seu antigo chefe, que, mesmo deslocado do terreno partidario e politico, continua a ser um acto de elevação moral para os homens que o praticam. Refiro-me ás solemnes exequias que a commissão executiva do partido progressista do Porto manda celebrar no templo da Trindade, e em cuja lista figuram: o Dr. Fernandes, que militára na dissidencia progressista; o Sr. Lima Junior, que deu tambem o seu apoio á dissidencia; O Dr. Paulo Marcellino, que mesmo antes da proclamação da

republica andava de todo arredado da vida do partido; o dignissimo e notavel juriconsulto dr. Andriano Anthero em quem se não ouvia falar depois da Republica; o conselheiro Pedro d'Araujo e o dr. Leopoldo Mourão que nos dias que vão correndo, não temem associar-se a essa affirmação de fidelidade á memoria d'un chefe de partido monarchico.

### Hintze Ribeiro e o general Pimentel Pinto.

Hintze Ribeiro deixou amigos, e alguns excellentes. O general Pimentel Pinto, um d'esses, teve ensejo de directamente conhecer essas seguras amisades, e de as contar com admiração enterneçada. Como se sabe, Hintze Ribeiro morreu pobre. Teve phases, em que, sendo ministro, com os descontos para condecorações, reformas, etc., o chefe do partido regenerador recebia liquidos vinte mil reis por mez. E, quando morreu, na bolsa foi-lhe encontrada esta quantia: mil e duzentos reis em prata! Encarregado pela viuva de dar um balanço aos seus compromissos, o general Pimentel Pinto procurou um a um os credores de Hintze Ribeiro que não eram muitos, mas que representavam alguns contos de reis. Quasi todos vivos, não os nomearei para não magoar a delicadeza com que trataram a memoria do amigo. Um houve que, quando o general Pimentel Pinto, lhe falou em entregar a preciosa livraria de Hintze Ribeiro, respondeu:

— «Isso é engano! O Hintze não me ficou a dever cinco reis!...»

O General Pimentel Pinto voltou a dar conta d'esta resposta, á illustre viuva, que replicou:

— «Não pôde ser. Está aqui muito claro escripto pelo punho de meu marido: fulano é credor de dez contos de reis!...»

— «Pois elle diz que não, que é engano!»

E, esse delicado amigo apresentou-se á senhora D. Joanna Hintze Ribeiro, a confirmar assim a sua affirmação:

— «Seu marido, minha senhora, não me ficou a dever nada. Não me admira que eu appareça no ról dos credores. Foi descuido d'elle. O seu marido era tão descuidado que tendo-me entregado dez contos de reis para eu pagar uma letra, nunca se lembrou de me pedir a letra. Aqui lh'a trago. Tem a bondade de guardar, que estas coisas querem-se guardadas.»

E saiu, de lagrimas nos olhos, teimando que não fôr elle que pagára a letra, mas sim Hintze Ribeiro, que se esquecera de recolher o documento.

Os homens publicos soffrem muitas ingratidões, passam por muitos desgostos, e poucos são os que como Hintze Ribeiro contam meia duzia d'estes amigos.

Mas Hintze morreu em plena vida publica, e o conselheiro José Luciano de Castro acabou n'um solar de provincia, isolado e banido havia annos, da vida publica, por uma revolução.

Hintze Ribeiro não travou os combates crueis movidos a José Luciano de Castro.

Hintze deixava um partido, José Luciano apenas uma familia de lucto.

As dedicações a Hintze Ribeiro, além das honras devidas á sua alta cathégoria, foram meros casos de desinteressada amizade pessoal.

José Luciano de Castro, já sem partido, já sem o regimen monarchico para servir, teve, após uma revolução e um affastamento de annos, honras só dadas a um chefe de partido em actividade.

E' ainda cêdo para dar o balanço á vida publica d'este estadista, em-

preza a que tão pouco nos não propuzemos.

Queremos tão sómente, n'esta hora em que não ha bandeiras partidarias, e em que a falta de homens é sobremaneira sensível, deitar o piedoso punhado de terra na sepultura d'este homem publico.

Sem sectarismos partidarios, mas tambem sem amizades que nos sollicitem a escrever estas linhas, o que mais ainda nos interessa é a lealdade d'esse partido á memoria do homem que foi seu chefe, lealdade muito bella e que não sei quem mais dignifica: se o que partiu, se os que ficaram. Não li em vida d'este homem senão desagradaveis ataques á sua entidade politica. Mas algumas qualidades elle devia ter para assim se assegurar a fiel amizade de tantos homens, alguns de provado valor, amizade que prevaleceu á sua queda que só foi definitiva agora com a morte.

José Luciano de Castro e a Republica.

A republica tirou mais adeptos ao chefe do Estado do que ao chefe do partido progressista.

Mesmo de longe, os seus partidarios ainda escutavam o verbo do mago de Anadia. Quando se discutia a viabilidade ou a inviabilidade da Republica, e a tactica a adoptar, ouvia-se a voz compenetrada de um progressista recitar:

— O José Luciano diz: «*não lhe mexam nem se mexam!*»

E os seus discursos e as suas anedoctas eram rememoradas e repetidas, com gozo e desvanecimento pelos progressistas da Velha Guarda.

O charuto.

Uma d'essas anedoctas vamos reproduzir, sem o menor intuito de ma-

goar a pessoa com quem se atribue haver-se passado — o antigo deputado sr. Oliveira Mattos —, e apenas a título da graça com que antigamente se escrevia na imprensa politica portugueza.

Decorria a quadra mais ardente d'um leal estio.

O sr. José Luciano fazia politica *veraniéga* na Anadia.

Uma bella tarde o sr. Oliveira Mattos, partidario tão leal como esse verão, apresenta-se na Anadia, a matar saudades do chefe.

O sr. José Luciano recebeu-o logo ali no parque por onde esparecia em familia, gosando as delicias da vida privada.

— Por aqui, Oliveira Mattos?...

— E' verdade sr. Conselheiro! faltaria ao mais sagrado dos deveres...

Era costume. O sr. Oliveira Mattos era mais do que um partidario, era uma pessoa de familia, que tanto apparecia no palacete dos Navegantes nas matutinas horas de formação de ministerio progressista, como acudia na hora amarga da demissão.

Amigo p'rá vida e p'rá morte, para inverno e para verão, para a capital e para a provincia.

— O conselheiro já jantou?

— Agora mesmo. E você?

— Ah! eu trazia farnel.

— Veja lá!

— Agradecido, Conselheiro, era o que faltava eu fazer cerimonia no hospitaleiro solar d'Anadia!...

— Bom, então nesse caso, passeêmos.

— Como o Conselheiro quizer. Mas antes de partirmos para a nossa vespertina digressão, devo entregar-lhe uma lembrança que lhe trouxe de Lisboa. *(E entregou ao sr. José Luciano um rôlosinho embrulhado em papel de seda)*.

— P'ra que se esteve você a encommodar, Oliveira Mattos?!

— Não me encommodei nada. É uma insignificancia. Veja...

— Espere ahi, deixe-me erguer aqui esta vide. *(E o chefe do partido progressista, passando ao seu antigo deputado a lembrança trazida de Lisboa, ageitou a vide com o carinho de proprietario)*.

— Prompto! — exclamou o sr. Oliveira Mattos, desvendando do papel de seda a sua surpresa.

— Um charuto! — reconheceu o sr. José Luciano.

— É verdade. Uma caixa de charutos é um presente, um charuto é uma lembrança, o ramo de flôres que se leva de longe a uma senhora veneranda.

E pegaram de cavaquear sobre vinhas, sobre vinicultura, sobre a crise, pelas sombras bemfazejas do parque.

— Quer um canivete? — perguntou o sr. Oliveira Mattos, vendo que o sr. José Luciano esquecia o charuto entre o maximo e o indicador, e offerecendo-lhe já um canivete aberto.

O sr. José Luciano parou a argumentar, gesticulando com o canivete n'uma das mãos o charuto lisboeta na outra.

Mais uma volta ao parque; mais uma pergunta do sr. Oliveira Mattos:

— Não tem phosphoros, Conselheiro? — e offereceu um phosphoro, já acêso.

O sr. José Luciano pegou no phosphoro; mas distrahido a dissertar sobre a crise vinicola, ia a queimar-se, quando o proprio sr. Oliveira Mattos lh'o apagou, riscando outro.

E o chefe acendeu então, o charuto.

Outra volta ao parque:

— Que tal o charuto, Conselheiro?

— Não é mau, obrigado. Ora os vinhos do Alto Douro, como os vinhos da Madeira — continuou o sr.

José Luciano, continuando descançadamente o seu passeio.

D'ahi a pouco, o sr. Oliveira Mattos tornou:

— Francamente, Conselheiro, que tal é o charuto?

— É bom.

— Mas o Conselheiro diz isso por amabilidade...

— Não, senhor, digo o que sinto, você já o sabe.

— Bem, bem. E' que eu ao passar para o comboio, fui á Havaneza e disse assim: «Eu quero um charuto, o que se chame bom, o que houver de melhor.» Mostraram-me umas poucas de marcas. «Quero ainda melhor». Trouxeram-me, então, uma caixa, dizendo: «Melhor do que isto, não temos.» «Veja lá! Olhe que é para offerecer ao sr. conselheiro José Luciano, a quem vou agora visitar a Anadia.» «Vá V. Ex.<sup>a</sup> descançado; isto é o que a Havana fabrica de melhor e de mais caro; nem nós pedíamos a V. Ex.<sup>a</sup> dois mil reis por um charuto senão fosse uma especialidade».

— O quê, Oliveira Mattos? Dois mil reis, este charuto?! — exclamou o sr. José Luciano, tirando o charuto da bocca, para o mirar com consideração.

— E' verdade.

— Porque não me disse você isso antes de eu o accender? — reprimou o snr. José Luciano.

— Porquê? guardava-o talvez? — quiz saber o sr. Oliveira Mattos.

— Não. Vendia-o!...

Ouvi-a contar. Nunca puz os pés no solár da Anadia e só duas vezes entrei no palacete da Rua dos Navegantes: uma vez, como estudante da Academia Polytechnica, fazendo parte de uma commissão academica, outra vez como secretario de redacção do «Correio da Manhã», depois de proclamada a Republica.

Esta segunda vez foi na noite de 26 de dezembro de 1910. Sahiamos, Annibal Soares e eu, de casa do senhor conde de Sabugosa onde fóramos pela celebre carta d'El-Rei <sup>1</sup>, quando Annibal Soares, já na rua, me disse:

— Bem. Esta lebre está corrida. Mas temos agora outro assumpto importante: foram hoje pronunciados os homens do Credito Predial. Parece-me estar indicada uma entrevista com o José Luciano.

— Para amanhã?

— Sim.

Passava das oito horas da noite; a batalha da Carta durára todo o santissimo dia, e quando eu suppunha terminadas as cancelas do jornal para esse dia, eis que reclamam de mim uma entrevista, e uma entrevista com José Luciano de Castro.

Mas o «Correio da Manhã» não foi para nenhum de nós um emprêgo, um modo de vida: foi uma missão, cumprida com enthusiasmo e devoção equal por todos os que ali escreveram.

— E elle dará a entrevista?... — foi a unica objecção que apresentei.

— Você tenta... — respondeu-me Annibal Soares.

#### Em casa de José Luciano.

D'ahi a um quarto de hora estava na Rua dos Navegantes.

Todas as pessoas a quem perguntava se o sr. José Luciano concederia uma entrevista jornalística eram de parecer unanime que não.

Que nem a jornalistas estrangeiros as concedeu.

<sup>1</sup> Joaquim Leitão — Os cem dias Funestos — Processo e condemnação do ultimo Presidente do Conselho de 1910, Antonio Teixeira de Souza, e do seu livro «Para a historia da Revolução», 1 vol. 543 pg.<sup>as</sup> publicado em 1912.

Mas tambem o sr. João Franco negou uma entrevista ao director do *Times* e nós conseguimos d'elle uma entrevista.

E com o sr. José Luciano de Castro deu-se precisamente o mesmo.

Quando batemos, ao botão electrico do Palacio dos Navegantes, eram oito horas e meia da noite.

Recebeu-nos o já hoje tambem fallecido Dr. Paulo Cancelli, que nos disse:

— O José Luciano deitou-se agora mesmo.

— Então não lhe posso fallar?

— D'aquí a bocadinho, talvez.

— Mas não quero que o accordem por minha causa.

— Elle accorda. E' um somno que costuma fazer, depois do jantar, uma sésta curta. Dentro de vinte minutos, meia hora, accorda, e, então, eu annuncio-o.

Conversando com o dr. Paulo Cancelli, esperamos que o dono da casa accordasse, e uma meia hora ou tres quartos de hora depois, eramos convidados a subir ao quarto de trabalho do antigo chefe do partido progressista.

O seu estado physico confiava-lhe a vida a um ou dois aposentos, tendo muitos dias que não saia d'um sophá ou d'uma cadeira.

#### **A nossa entrevista com o conselheiro José Luciano de Castro.**

Encontramol-o, na sua cadeira, com as pernas enroladas n'uma manta.

E se não fosse essa polynevrite, que assim intitulava o doente o seu achaque e, em que se acreditava notando-se a immobildade das pernas, durante as tres horas que durou a nossa entrevista, não se admittiria que estivessemos na frente d'um doente.

A voz, o olhar, o aspecto, a facili-

dade da expressão, a memoria e o raciocinio promptos indicavam um vigor que só a paralyasia dos membros inferiores desmentia.

Mesmo sem achaques tão pertinazes já seria notavel a resistencia d'aquelle homem em idade tão avançada.

#### **A ultima carta do sr. José Luciano de Castro a El-Rei D. Manuel.**

— Na semana seguinte ás eleições, — começou o sr. José Luciano —, eu escrevi a El-Rei dizendo-lhe que era bom não descontentar os verdadeiros monarchicos porque podiam ser-lhe precisos. El-Rei respondeu-me muito amavelmente, pedindo-me que não levantasse difficuldades ao governo. Na semana seguinte, vendo eu que o governo, por mais que o Tribunal de Verificação de Poderes validasse, não poderia viver nas Camaras, escrevi outra vez a El-Rei dando-lhe mais conselhos, e terminando por lhe dizer: *E Vossa Magestade deve estar preparado para tudo.* E sublinhei estas duas palavras: *para tudo.* Quando o sr. Vasconcellos Porto foi para o estrangeiro, veio aqui despedir-se de mim. Eu tinha lidado com elle no bloco eleitoral e ficára tendo por elle grande consideração. Fallamos de politica, e eu disse que como o governo não podia viver nas Camaras, que o melhor era El-Rei chamar ao Paço os chefes politicos, inclusivé o Teixeira de Sousa, para que elles mesmo no Paço tivessem uma conferencia d'onde devia sahir, ou um governo formado por elementos de todos os partidos, ou um governo extra-partidario, governo que, quer com uma côr quer com outra, se limitasse a tirar das camaras a lei eleitoral, o orçamento, mais alguma lei urgente, fazendo em seguida as eleições e entregando o Poder a um ministerio a que o Parla-

mento desse a indicação constitucional, entrando-se assim em vida nova. O sr. Vasconcellos Porto disse-me: «Eu vou agora ao Paço despedir-me d'El-Rei e se v. quer fallo-lhe em seu e meu nome; e se El-Rei approvar a ideia, addio a minha viagem». «Pois, sim», respondi. «Falle V. Ex.<sup>a</sup> n'isso a Sua Magestade». O sr. Vasconcellos Porto foi, e disse-me pelo telephone que «El-Rei não prestára grande attenção ao alvitre». Bem, disse cá commigo. El-Rei tem lá outros conselheiros. E, nunca mais me dirigi a Sua Magestade. Mas o sr. Vasconcellos Porto ainda não me dissera bem como os factos se passaram. E só já depois da revolução é que por um amigo commum soube que El-Rei disséra que não nos preocupassemos com a situação politica, porque o governo tinha maioria e havia de viver nas camaras.

#### O ultimo almoço das segundas-feiras monarchicas.

—Mas, continua o sr. José Luciano, simultaneamente eu ia tendo informações de que os republicanos estavam a trabalhar a valer. Bem, raciocinei eu, os republicanos a trabalhar, o Teixeira de Souza no Poder, temos ahí a Republica qualquer dia. Previ tambem que, dando-se uma revolução, eu podia soffrer qualquer vexame nas primeiras horas, e aconselhei a minha familia a que fossemos para Anadia. Não quizeram, ou melhor, não acreditavam na proxima implantação da Republica. Mas eu tinha a certeza de que não tardava. Ficamos em Lisboa. E no dia 3 de outubro, justamente, na segunda feira vieram cá almoçar, como era costume ha mais de vinte annos, Beirão e o Sebastião Telles. Apareceu tambem o Campos Henriques que não veio almoçar, mas que fez companhia. E o

Campos Henriques lembrou que logo que chegasse o sr. Vasconcellos Porto precisavamos reunir, para combinar as instrucções a dar á Provincia para as eleições municipaes que estavam á porta. «O que está á porta é a Republica! N'isso é que é preciso pensar!...» «Mas El-Rei não tem nada essa impressão!» disse o Sebastião Telles. «Ainda hontem estivemos no Paço e achamol-o de todo despreocupado!... Não é verdade, Campos Henriques?» «É, é verdade!» confirmou o Campos Henriques. E tanto era verdade que ainda nessa noite, no jantar que o Marechal Hermes da Fonseca offereceu a El-Rei, em Belem, o Senhor D. Manuel disse ao Campos Henriques: «Ó Campos Henriques! Você ainda me ha-dê fazer um favor: que é fazer as pazes com o Teixeira de Souza». «Estou ás ordens de vossa Magestade», respondeu o Campos Henriques delicadamente. Mas voltando ao nosso almoço. Depois de eu vaticinar a proximidade da Republica, o Beirão disse que tinha de ir para o escriptorio, e sahio com o Sebastião Telles e o Campos Henriques. Quando elles sahiram, eu disse para minha mulher: «Estes tres, assim que chegarem ali abaixo dizem assim: este José Luciano está chôcho!...» Elles não disseram nada, mas eu li na cara d'elles que iam dizer que eu estava chôcho, por acreditar na revolução. Pois, horas depois, estava eu a deitar-me, ouvi os primeiros tiros aqui no Quartel, e disse para o creado: «Lá está a Revolução! Agora digam que eu estou chôcho!...» A minha familia quiz então ir para Anadia. «Não, agora é que eu não vou! Fossem quando eu lhes disse!» Eu tinha casa em Anadia, era natural que fosse para lá. Mas depois da revolução, dizia-se logo que era uma fuga. Rogaram, choraram, vie-

ram aqui amigos pedir-me que sahisse de Lisboa. Mas eu recusei-me. « Mas podem-no matar ! » « Paciencia ! Eu não me posso sequer defender. Matam um velho e um entrevado. » Effectivamente, logo depois de proclamada a Republica, vieram aqui, arrombaram-me as portas, e invadiram-me a casa mais de duas mil pessoas. As minhas filhas, quando ouviram arrombar as portas foram ao telephone, pedir a uma irmã do conde de Monsaraz : « Acudam-nos que arrombaram agora as portas ! » De lá telephoaram para a *Lucta*, onde não estava ninguem ; telephoaram para o governo civil e o sr. Feio Terenas, que ia a entrar com uma commissão, veio immediatamente aqui e fallou á multidão que já a esse tempo parlamentava ; as minhas filhas foram ao encontro d'elles ahí na galeria e disseram : « Então os senhores querem matar tres mulheres e um velho entrevado ? » Dois cabos responderam : « Não, senhoras, não se mata ninguem ! » E outros populares condescenderam do lado : « Pois, sim, não se mata. Mas queremos vel-o. » Vieram dizer-me : « Querem vel-o, meu Pae ! Veem-o matar : » « Vamos morrer, Manuel ! » disse eu para o creado : « Pois vamos morrer, sr. conselheiro ! » Os homens entraram e eu disse-lhes : « Se querem matar-me, matem ! não me defendo nem posso defender-me ! » « Mas você queria mandar-nos para Timor ! » disse um. « Eu ! » « Sim, o senhor ! » « Eu, não ! isso talvez fosse o sr. João Franco ? » « Então, seria, seria ! » Pediram-me os papeis do Banco de Crédito Predial. Disse-lhes : « olhe o que eu tenho está ali n'aquella gaveta ». Foram e lá levaram umas procurações sem valor algum. « E papeis politicos ? » « Os que ha, estão ahí : levem o que quizerem ! » E levaram umas procurações sem nenhum valor. Queriam tambem guar-

das-municipaes. Disse-lhes que os procurassem porque eu não os tinha. Chegou o sr. Antonio José d'Almeida, mas nem entrou porque já estava passado o perigo. E verdade, verdade, mal não me fizeram. Antes de entrarem deram para ahí uns tiros para as janellas, da parte de fóra, arrombaram umas portas, mas mal não fizeram a ninguem. E estavamos já socegados, quando fui surpreendido pela noticia de que estava pronunciado.

E o sr. José Luciano de Castro passou, então, a referir-se aos acontecimentos do Crédito Predial, que hoje não teem já para o publico o menor interesse, abstando-nos por isso de reproduzir aqui essa parte da entrevista.

Basta accrescentar que ao tratar esse assumpto, mais uma campanha em que o octogenario politico se via visado, José Luciano de Castro foi simplesmente assombroso na precisão e promptidão da memoria : sabia de cór os estatutos do Banco Hypothecario, datas em que estivera em serviço como governador do Banco, motivos porque estivera de licença, se por falta de saude, se por estar no Poder, e a proposito constituições e reconstituições de ministerios, os d'elle e os de Hintze, nomes completos dos ministros, datas, incidentes, episodios, alguns lustres da historia politica stenographada. Mas o que mais se tornava digno de admiração era a serenidade com que aquelle ancião resistia e encarava mais essa tormenta politica.

**José Luciano de Castro e  
o Juiz Veiga.**

Era bem o homem que resistira á mais rude e encarnçada, e á mais longa campanha que contra um homem publico se tem travado em Portugal. Os amigos e a familia in-

commodavam-se; e elle, quando lhe falaram em querelar o jornal que encabeçara a campanha dos tabacos, respondeu: « **Se o Juiz Veiga querelar o jornal, demitto-o no mesmo dia** ».

E assim, por essa serenidade se explica decerto, que aquelle velho paralytico, andando ao collo de um creado da cadeira de rodas para a

cama, e da cama para a cadeira de rodas, conseguisse dominar um partido que mesmo depois de morto o regimen, morto o partido, morto o chefe, faz a José Luciano de Castro exequias solemnes mandadas celebrar pela antiga commissão executiva do partido.



# As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern

## O CASAMENTO DE EL-REI D. MANOEL II

O volume *As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern* occupa-se dos casamentos do Senhor D. Pedro V, da Senhora Infanta D. Antonia e de S. M. El-Rei D. Manoel II, na nobilissima casa de Hohenzollern-Sigmaringen. A figura da Senhora Infanta D. Antonia, ultima filha de D. Maria II, que no fim do ultimo dezembro falleceu em Sigmaringen, é n'este volume amplamente descripta. Contendo a compilação de muito facto e documento historico que andava disperso, referente aos dois primeiros casamentos, accrescentada por diversas notas ineditas, *As Allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern* descrevem minuciosamente o casamento do Senhor D. Manoel II, publicando notas que nenhum jornal ou revista deu, e podendo considerar-se a mais completa descripção que ha desde o ajuste de casamento á apresentação da Augusta Noiva em Richmond e á celebração da cerimonia em Sigmaringen.

O volume contém 270 paginas, brochado em papel *couché*, sendo a capa a azul illustrada com o retrato official (impresso a sépia) de S. M. a Rainha Augusta Victoria, assignado pelo seu punho.

É além d'isso amplamente illustrado com setenta gravuras, reproduzindo uma collecção de retratos de solteira de S. M. a Rainha Augusta Victoria, diversos grupos dos Regios Noivos, tirados depois do ajuste de casamento e nas vespersas do casamento, todos os aspectos da cerimonia, photographias dos convidados reaes, o cortejo nupcial, Sigmaringen antigo e actual, interiores do Castello, sala dos retratos, capella particular, photographias de todos os presentes recebidos em Sigmaringen, entre elles da famosa caravella, do riquissimo diadema offerecido pelo Senhor D. Manoel II á sua Augusta Noiva, e do presente dos Emigrados da Galliza, retratos do Principe Guilherme de Hohenzollern e de sua Augusta Esposa a Princeza Maria Thereza de Hohenzollern, retrato do Principe Leopoldo, um lindo retrato da Senhora Infanta D. Antonia de Bragança, fazendo *crochet*, um retrato inedito da Rainha Estephania, os *croquis* das mesas reaes no almoço e jantar do casamento do Senhor D. Manoel, no castello de Sigmaringen, o *croquis* da Igreja Parochial de Sigmaringen, em que se vêem marcados os logares da brilhante assistencia, etc., etc.

O VOLUME CUSTA . . . . . 800 REIS  
Pelo correio (sob registo) . . . . . 880 „

A' venda em todas as livrarias e na Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor — Rua da Cancellia Velha, 70 — PORTO.

Acaba de apparecer :

LVARO PINHEIRO CHAGAS

---

# O Movimento Monarchico

II

“O Correio da Manhã,”

---

PREÇO . . . . . 400 REIS

---

---

Todos os pedidos devem ser dirigidos ao editor: **Mario Antunes Leitão**  
Rua da Cancellia Velha, 70-1.º — PORTO.

---

---

## Ilustração Catholica

Revista litteraria semanal de informação graphica, collaborada pelos principaes escriptores portuguezes. Reproduz em formosas e numerosas gravuras os factos mais importantes do paiz e do estrangeiro.

*Assignatura annual, 2\$400 — Semestre, 1\$200 — Avulso, 60 reis*

Pedidos ao proprietario **Joaquim Antonio Pereira Villela**, R. Martyres da Republica - Braga